

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações

Pregão Presencial nº 14/2017
Processo nº 209.263/17

JMALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.424.321/0004-72, com sede no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua Frederico Mentz, nº 1.017, Navegantes, por seu consultor de vendas ao final assinado, comparece, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 41 da Lei nº 8.666/93, art. 12 do Decreto nº 3.555/2000, item 11.1 do edital supra e demais legislações adjetivas vigentes, com a finalidade de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, nos termos a seguir aduzidos:

Dos Fatos

Primeiramente, cumpre ressaltar que, a definição do objeto da licitação é a base legal para a realização do certame licitatório, razão pela qual este deve ser suficientemente claro, sendo vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que possam limitar a competição, sob pena de ferir a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que estabelece em seu artigo 3º o seguinte:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; ”

Ex positis, tendo interesse em participar do presente certame, ao analisar as exigências mínimas, **REFERENTE AO LOTE 01**, constatou-se que, o equipamento ofertado pelo Impugnante atende perfeitamente aos anseios desta Municipalidade, ou seja, motoniveladora, marca CASE, modelo 845B, exceto, quanto as seguintes exigências, que, desde já, conforme passaremos a expor, em nada influenciam no desempenho do referido equipamento, vejamos:

1º) NÚMERO DE MARCHAS (FRENTE/RÉ) (8-4)

Ilustríssimo Pregoeiro, sem adentrar no mérito da necessidade mecânica de tal exigência, temos que, a mesma se torna excessiva, limitando a presente competição, visto que, apenas 02 (duas) marcas atuantes no mercado nacional possuem equipamentos com tais características, quais sejam: **Komatsu e Caterpillar**, contrariando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Não obstante, o equipamento ofertado pelo ora Impugnante possui transmissão com 06 (seis) marchas à frente e 3 (três) a ré que, satisfaz plenamente aos anseios desta Municipalidade, visto que, por mais extenso que seja o trajeto a ser percorrido pelo equipamento, certamente, NENHUM equipamento ultrapassará a sexta e terceira marcha/velocidade.

E, ainda, mesmo possuindo transmissão com numero de marchas à frente e a ré, inferiores ao exigido, a velocidade desenvolvida pela motoniveladora CASE, modelo 845B, é praticamente a mesma velocidade desenvolvida por motoniveladoras que possuem transmissão com 08 (oito) marchas à frente e 04 (quatro) a ré.

Ou seja, tornando-se exigência, irrelevantes ou desnecessárias, limitando a presente competição.

2º) VELOCIDADE DE MARCHA RÉ PARA ATINGIR NO MÍNIMO
(35km/h)

Data vênua, não se vislumbra, do ponto de vista qualificativo para este tipo de equipamento, qual a real necessidade de exigir-se velocidade mínima de deslocamento, tanto a frente como a ré, principalmente quando sua aplicabilidade limita-se as localidades denominadas vicinais, ou seja, em estradas de caráter secundário que, em geral, muitas vezes são intrafegáveis em determinadas épocas do ano.

In casu, o equipamento motoniveladora CASE, modelo 845B, desenvolve velocidade máxima á ré de 28,6 km/h, ou seja, inferior ao exigido em MISEROS 6,4 km/h que, por sua vez, torna-se irrelevante e/ou desnecessário para atestar seu desempenho e eficácia, pois, a utilização deste tipo de equipamento não se dará em nenhuma competição, quiçá, de marcha ré, mas, sim, espalhando o progresso, ajudando a desenvolver o Município, consertando estradas intrafegáveis.

3º) COMPRIMENTO (9.390mm)

Seguindo a mesma sorte dos itens anteriores, ou seja, exigências irrelevantes ou desnecessárias, temos que, quanto maior for este tipo de equipamento, mais difícil se torna sua operação.

Note-se, qual raio de giro é maior?

Equipamento medindo 9.390mm ou equipamento medindo 8.534mm, *in casu*, motoniveladora CASE, modelo 845B?

Certamente, a resposta mais sensata seria a de um equipamento medindo 8.534mm de comprimento, além do que, quando sua utilização se dará em estradas secundárias, estreitas, onde as manobras, por deveras, serão de difícil execução.

Portanto, são exigências irrelevantes e desnecessárias para atestar a eficiência e desempenho do equipamento licitado **REFERENTE AO LOTE 01**, acabando por limitar a presente competição, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei 8.666/1993.

E, mantendo-se referido edital em sua integralidade, estar-se-á, ferindo o Princípio da Competitividade, que norteia todo e qualquer processo licitatório, visando os interesses da Administração Pública, devendo em seu escopo, possibilitar o maior número de concorrentes e, não limitá-lo exigências técnicas irrelevantes e desnecessárias. Também, o certame licitatório visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta para a Administração Pública e, por fim, deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração.

Em termos práticos, o Impugnante não comparece perante a Administração Pública para propor uma contratação específica, com definição de objetos, quantitativos, preços específicos.

Assim sendo, necessário se faz o deferimento do pedido de impugnação do referido edital, levando em conta a relevância dos argumentos apresentados, sob pena de estar-se ferindo os princípios que norteiam a base do procedimento licitatório, bem como a legislação adjetiva vigente aplicável à espécie.

Do Pedido

Em razão do exposto, REQUER sejam analisados os pontos detalhados neste requerimento, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que possa macular a integralidade do procedimento que se iniciará, **REFERENTE AO LOTE 01**, acatando-se, portanto, o pedido de impugnação de referido edital, para:

- 1) **Excluir** a exigência de transmissão com 08 (oito) marchas à frente e 04 (quatro) **e/ou alterando-se** tal exigência passando a exigir transmissão com 06 (seis) marchas à frente e 03 (três);
- 2) **Excluir** a exigência de velocidade mínima a marcha ré de 35 km/h **e/ou alterando-se** tal exigência, passando a exigir velocidade mínima a marcha ré de 28 km/h;
- 3) **Excluir** a exigência de equipamento com 9.390mm de comprimento **e/ou alterando-se tal exigência**, passando a exigir equipamento com comprimento mínimo de 8.500mm.

Considerando que o Pregão Presencial está designado para o dia 20 de março de 2017, **REQUER** seja conferido **EFEITO SUSPENSIVO** a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados, sob pena de infringir-se o protocolo do art. 4º da lei 10.520/2002, considerando inválido, em detrimento dos equívocos no edital, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Na remota hipótese de não ser aceito o pedido em questão, **REQUER-SE** que a resposta seja clara quanto à regularidade de ação tomada, de modo a permitir seu posterior questionamento pelas demais vias legais aplicáveis à espécie, se necessário o for.

Por derradeiro, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

De Curitiba para Porto Alegre, 13 de março de 2017.

JMALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A